

Contas públicas Especialistas acreditam que déficit pode ficar perto de 0,5% do PIB este ano, abaixo das projeções iniciais e do atual consenso

Analistas veem cenário fiscal melhor, mas distante da meta

Anaís Fernandes
De São Paulo

Ainda longe de atingir as ambiciosas metas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alguns especialistas em contas públicas e economistas de bancos e gestoras de peso têm reconhecido a possibilidade de o rombo ficar mais ao redor de 0,5% do PIB, menor do que o consenso do mercado projeta atualmente.

A mediana do boletim Focus, pesquisa do Banco Central com agentes financeiros, indica um déficit de 0,8% do PIB em 2024 para o setor público consolidado, que, além do governo central (Previdência, Tesouro Nacional e Banco Central), inclui Estados, municípios e estadais.

O BTG Pactual, que tem como economista-chefe o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida, projeta um déficit de R\$ 80 bilhões (0,7% do PIB) para o governo central neste ano. Considerando o resultado de Estados e municípios — conceito mais relevante para a trajetória da dívida pública, segundo Mansueto —, o rombo será menor, de R\$ 63 bilhões (0,5% do PIB).

“O principal para vermos recuperação do primário dos entes subnacionais é que muitas medidas aprovadas recentemente são relacionadas a Imposto de Renda, e o IR divide quase meio a meio com eles”, diz ao Valor Fábio Serrano, economista do BTG especializado em fiscal. “Pelas contas do governo, são R\$ 169 bilhões de novas medidas aprovadas; cerca de R\$ 66 bilhões são diretamente de IR, então, vai pingar um dinheiro grande na conta dos Estados e municípios”, afirma Serrano, observando também que vários Estados aumentaram o ICMS.

Com isso, diz, os municípios até podem gastar mais por causa do ano eleitoral, mas haverá uma redução de receitas também.

Em seu relatório de avaliação mensal, Mansueto reafirma que mesmo a expectativa de déficit do banco está “muito acima da meta zero” estabelecida pelo governo.

Para 2024, diz, o desempenho da arrecadação será peça-chave. O BTG assume R\$ 105 bilhões em receita adicional dos projetos aprovados em 2023 e cerca de R\$ 30 bilhões da Medida Provisória 1.202, que inclui temas como a reestruturação das folhas de pagamento do setor público e privado e o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O banco pressupõe ainda que a meta de primário não será alterada, levando a um contingenciamento de R\$ 23 bilhões.

Mansueto diz, no relatório, não descartar que os números fiscais sejam melhores do que os projetados, mas pondera que, no momento, há elevada incerteza em relação ao potencial de arrecadação de algumas medidas.

Segundo Serrano, existe um grupo de estimativas para as quais o governo foi muito conservador, como nas medidas sobre subvenções, taxaço de fundos exclusivos e apostas on-line.

No caso dos fundos fechados, houve taxaço de 8% sobre os rendimentos passados, paga em quatro parcelas mensais. A primeira



Raí Chicoli: arrecadação relacionada ao petróleo pode surpreender

foi em dezembro, e a Receita Federal informou uma arrecadação de R\$ 3,9 bilhões relativos a essa parcela. “Se multiplicar por quatro, vão ser quase R\$ 16 bilhões vindos dessa medida; o governo tinha R\$ 13 bilhões”, observa Serrano.

Além disso, lembra, passou a incidir sobre fundos fechados o “come-cotas”, antecipação do IR que fundos abertos já pagam. Em reportagem do Valor, Marcelo d’Agosto, coordenador do Guia Valor de Fundos, estimou que o “come-cotas” dos exclusivos rendeu R\$ 8 bilhões ao fisco em dezembro.

“O dado da Receita já está confirmando a percepção de que, nessa linha, o governo foi muito conservador. O total de ativos sob gestão nesse tipo de fundo é de R\$ 710 bilhões. Minha ideia já era que essa ‘torta’ é muito grande e a arrecadação tende a ser maior do que o governo estima”, afirma Serrano.

“Governo foi bem-sucedido em avançar com subvenções”
Fábio Serrano

Ele diz ter a mesma percepção sobre a taxaço de fundos offshore, que administram ativos financeiros no exterior de pessoas físicas residentes no Brasil.

No caso da lei da subvenção do ICMS, que alterou regras de tributação de incentivos fiscais concedidos a empresas pelos Estados, o governo espera arrecadar R\$ 35 bilhões; o BGT estima R\$ 43 bilhões.

Serrano diz ter a impressão de que o governo foi muito bem-sucedido em avançar com uma proposta desidratando “pontos meio laterais”, mas mantendo o núcleo. A grande dúvida, segundo ele, é se haverá judicialização ou não e como alguns pontos da medida conversam com decisões antigas do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

Sobre a tributação das apostas esportivas on-line, Serrano observa que mais de 130 empresas já se apresentaram para declarar interesse na regularização, o que deve gerar R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões só

de outorga, enquanto o governo previa R\$ 1 bilhão para a medida no total. “Ou seja, nessas medidas em que dá para fazer conta, me parece que o governo foi conservador, talvez, até para ajudar na negociação”, resume Serrano.

Por outro lado, ele diz considerar que há um grupo de medidas sobre as quais o governo foi otimista demais nas estimativas de arrecadação. Uma delas é a lei que muda as regras de funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fazendários (Carf), órgão que julga disputas entre contribuintes e o governo federal em relação ao pagamento de impostos.

“Vemos, pelas notícias, que o governo fala em destravar R\$ 1 trilhão, mas esse é o valor dos processos em estoque. Não significa que vai entrar isso no cofre do Tesouro. Cerca de dois terços desses valores que circulam na imprensa são multas e juros e seriam cancelados”, explica Serrano.

Além disso, ele diz que há uma questão de “timing”. “Até passar por todos os processos e virar dinheiro na planilha do governo, acho que demora mais do que um ano. De 2025 para frente, isso se regularizaria e, aí, começaria a arrecadar mais”, afirma. O governo projeta R\$ 55 bilhões em arrecadação neste ano com a medida do Carf, e o BTG, R\$ 15 bilhões.

Outra medida que gera dúvida, segundo Serrano, é a mudança nas transações tributárias, acordos entre contribuintes e a administração tributária para extinguir litígios. “Depende da disposição da empresa de negociar e pagar”, diz.

Para Serrano, eventuais surpresas com a arrecadação, em relação a suas projeções, viriam dessas medidas sobre as quais o banco está mais pessimista. “Nesses dois temas, é um jogo mais político e jurídico do que numérico. Estou deliberadamente mais conservador e a surpresa pode vir daí”, afirma.

As projeções do BTG Pactual também não incluem nenhum ganho de arrecadação com a nova lei para preços de transferência — usados em transações internacionais entre empresas relacionadas, como uma matriz no exterior e a filial brasileira — ou a eventual taxaço de importações de pequeno

valor. “Pode ser que tirem essa carta da manga”, afirma Serrano.

Raí Chicoli, especialista em finanças públicas e economista-chefe da Citrino Gestão de Recursos, também trabalha com uma arrecadação maior do que o governo, por exemplo, nos fundos fechados, de R\$ 25 bilhões, e prevê R\$ 10 bilhões com o Carf em 2024.

Chicoli projeta déficit de 0,5% do PIB para o setor público consolidado em 2024, já considerando a continuidade da desoneração da folha de 17 setores privados.

Surpresas no sentido de mais receita podem vir, segundo ele, das arrecadações relacionadas ao petróleo, principalmente se a situação no Oriente Médio ficar ainda mais tensa e o preço do barril subir. “Tem uma contribuição gigantesca de royalties de petróleo, participação especial. Nessa conta, diria que tem um risco para cima na arrecadação. Pode ser uma ajuda importante”, afirma.

A projeção da Citrino é baseada em uma expectativa de crescimento de 1,5% do PIB do Brasil em 2024, mas Chicoli reconhece que, hoje, esse número parece mais próximo de 1,7% ou 1,8%. “Não é muita diferença, mas tem uma elasticidade boa na relação entre PIB e arrecadação, acho que pode dar alguma ajuda a mais”, diz.

A composição desse crescimento também deverá ser mais favorável à arrecadação de receitas, apesar da desaceleração da atividade global, apontam David Beker e Natacha Perez, do Bank of America (BofA), em relatório. Eles projetam déficit de 0,4% do PIB em 2024.

A perspectiva de que o PIB do Brasil deve crescer 2,2% em 2024 é premissa importante para a BB Asset, maior gestora de recursos do país, também projetar déficit de 0,5% do PIB em 2024. A mediana do Focus indica crescimento da atividade de 1,6% neste ano.

“Como temos um PIB mais forte, a arrecadação já é maior. E também percebemos um PIB potencial do Brasil maior do que outros estimam”, afirma José Maurício Pimentel, economista-chefe da BB Asset, citando ainda a relevância cada vez maior do petróleo para as contas públicas.

Apesar da projeção de déficit abaixo do consenso, o quadro fiscal do Brasil é “bem preocupante”, diz Chicoli. “Na nossa conta, temos vários anos de déficits primários, talvez com uma reversão lá para 2028. E em um contexto em que temos o governo fazendo o ajuste apenas pelo lado da receita, o que é uma limitação grande”, afirma.

Pimentel reconhece as dificuldades no cenário fiscal. “Existe toda uma ação no sentido de equalizar as contas públicas pelo lado da receita. Sabemos todas as limitações que esse processo tem, de decisões que são também políticas”, afirma. A situação do Brasil, em relação a outros emergentes, no entanto, é melhor, aponta.

“O fiscal é importante, precisamos acompanhar, sabemos os impactos sobre a inflação. Mas o Brasil está fazendo seu dever de casa, há compromisso em se cumprir o arcabouço. Se não tiver nenhuma grande mudança no cenário global, entendemos que, no médio prazo, a dívida tende a estabilizar.”

COMÉRCIO EM PAUTA

Trabalho que valoriza o Brasil



GASTOS DOS TURISTAS NO CARNAVAL DEVEM AUMENTAR EM REAIS E EM DÓLARES

O carnaval de 2024 será de aumento de cifras, em reais e em dólares. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê que os turistas estrangeiros no Brasil devem gastar 19,4% a mais neste carnaval, o que representará cerca de US\$ 971 milhões. Como é uma data que, apesar de não ser feriado, é utilizada por muitos para viajar, a perspectiva é que os brasileiros que forem ao exterior gastem 19% a mais, alcançando US\$ 1,3 bilhão.

Em solo brasileiro, a CNC estima que o Carnaval

2024 movimentará R\$ 9 bilhões, valor 10% mais alto do que o registrado em 2023. Em ritmo de recuperação pelo quarto ano seguido, esta é a primeira vez que o faturamento deve superar o patamar anterior à pandemia de covid-19.

“Os dados do faturamento do setor de turismo, tanto nacionais quanto regionais, apontam o crescimento da atividade nos últimos anos. O efeito do carnaval, como um evento isolado, contribui para a recuperação econômica do segmento de maneira geral e expressiva”, destaca o presidente da CNC, José Roberto Tadros.



Carnaval 2024 deve movimentar R\$ 9 bilhões, 10% a mais que em 2023

BIBLIOTECAS DO SESC ESTIMULAM FORMAÇÃO DE LEITORES EM TODO O PAÍS

A Rede de Bibliotecas do Sesc alcançou em 2023 a marca de 1,3 milhão de livros emprestados, o que representa em média 4 mil publicações cedidas por dia a milhares de leitores em todo o País.

As unidades atuam de forma integrada, com consultas por meios físico e digital, contemplando um acervo de aproximadamente 2 milhões de exemplares, constantemente atualizado, composto por obras variadas de literaturas nacional e estrangeira, clássicos da literatura mundial, livros de complementação escolar, publicações especializa-

das em áreas como artes e filosofia, entre outros conteúdos. Além disso, também promovem atividades culturais que incentivam o hábito da leitura e aproximam público e autores, em cafés literários, saraus, festivais de leitura e poesia, feiras de livros e contação de histórias.

Além das 216 bibliotecas e 145 espaços de leitura, os leitores contam ainda com 46 unidades móveis do BiblioSesc, que circulam com um acervo de 3,5 mil volumes, atendendo principalmente localidades com pouco acesso a livros e bibliotecas.



Além das bibliotecas, leitores contam com unidades móveis do BiblioSesc

PROGRAMA DO SENAC FORTALECE TURISMO EM MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO

O ano começou com mais dois municípios da Região Nordeste prontos para alavancar o turismo regional. Nos dias 16 e 17 de janeiro, o Senac Rio Grande do Norte apresentou o Programa DEL Turismo nas cidades de Tamandaré e Sirinhaém, no litoral sul de Pernambuco.

A iniciativa é fruto de um termo de cooperação firmado entre o Sistema Fecomércio-RN e o Sistema Fecomércio-PE. O evento teve como objetivo reunir e sensibilizar a comunidade, o trade turístico e as autoridades públicas para exibição da estrutura do DEL e suas fases de execução no período de 12 meses.

A ideia é que outros estados também integrem o programa, que promove

uma política de turismo com um modelo de gestão participativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável e garantir a continuidade dos projetos de interesse da comunidade, gerando crescimento econômico, social e cultural, além de melhor qualidade de vida.

O DEL Turismo começou a ser executado no Nordeste brasileiro pelo Senac Rio Grande do Norte. Pernambuco é o segundo estado da região a aderir à metodologia que une atores nacionais e internacionais em prol do desenvolvimento do turismo local. Além dos dois destinos turísticos, o Distrito Estadual de Fernando de Noronha também foi contemplado com o programa.

TRABALHO A FAVOR DO BRASIL

Acesse o site afavordobrasil.cnc.org.br e conheça as ações que o Sistema Comércio vem realizando para ajudar o País a superar a crise.

www.portaldocomercio.org.br

@sistema.cnc @sistemacnc @sistemacnc @tvcnconline

Iniciativa visa capacitar gestores para PPPs

Guilherme Pimenta
De Brasília

O Tesouro Nacional e o Banco do Brasil lançam hoje a primeira capacitação de gestores de Estados e municípios no âmbito de uma iniciativa do Ministério da Fazenda para incentivar e impulsionar concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) sustentáveis pelos entes subnacionais.

A ação faz parte de um amplo pacote lançado pela Fazenda no ano passado para Estados e municípios. A capacitação é uma das

contrapartidas exigidas para as instituições financeiras que fizerem operações de crédito garantidas pela União com os entes nacionais: os bancos devem investir 0,5% do valor das operações em benefício dos entes. Uma das possibilidades é a capacitação de servidores para estruturação de concessões e PPPs sustentáveis em energia renovável, resíduos sólidos e saneamento, por exemplo.

Na primeira iniciativa, o BB vai financiar o MBA em PPPs Sustentáveis, na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). O curso terá duas tur-

mas, com um total de 42 alunos cada, com previsão de início ainda para o primeiro semestre de 2024.

A FGV, então, fará uma seleção dos servidores e dos melhores projetos apresentados. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por sua vez, dará mentoria e, ao final, pode selecionar projetos para financiar a estruturação do projeto no estado ou município.

Ao Valor o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que uma das maiores dificuldades em estruturação de concessões e PPPs

é a capacitação de servidores. “Há uma carência muito grande para lidar com contratos mais complexos, e isso demanda capacitação para o mercado crescer.”

A intenção, disse o secretário, é dar condições principalmente aos estados e municípios menores. “Se queremos modelos modernos de concessão em infraestrutura, precisamos capacitar os gestores para isso, já que hoje existe um grande gargalo”, falou. Diferentes portes de estados e municípios serão levados em consideração na hora de escolha dos projetos.